



Tempo

ISSN: 1413-7704

secretaria,tempo@historia.uff.br

Universidade Federal Fluminense

Brasil

Gerstle, Gary

Na sombra do Vietnã: o nacionalismo liberal e o problema da guerra

Tempo, vol. 13, núm. 25, 2008, pp. 37-63

Universidade Federal Fluminense

Niterói, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167013401003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

*Na sombra do Vietnã: o nacionalismo liberal e o problema da guerra**

*Gary Gerstle***

Este artigo discute como um grupo de cineastas e historiadores no Pós-Vietnã, buscando recuperar o nacionalismo liberal, procurou celebrar a figura do soldado cidadão no passado dos EUA. Esses esforços foram aclamados e se popularizaram, mas falharam em gerar uma crítica das forças armadas profissionalizadas e da política externa aventureira que esses militares ajudaram a viabilizar.

Palavras-chave: Soldado cidadão – Vietnã – Nacionalismo

In the shadow of Vietnam: liberal nationalism and the problem of war

This essay discusses how a group of post-Vietnam filmmakers and historians, in an attempt to reinvigorate liberal nationalism, began to celebrate the figure of the citizen soldier in America's past. These efforts were popular and acclaimed but failed to generate a critique of America's post-Vietnam professionalized military and the adventurist foreign policy that this military has helped to make possible.

Keywords: Citizen Soldier – Vietnam – Nationalism

*Artigo recebido em março de 2008 e aprovado para publicação em maio de 2008. Gostaria de agradecer a Daniel Gerstle e Katrina Keane, por seu auxílio na pesquisa, e a Ira Berlin e Robert Chase pela avaliação de versões anteriores deste ensaio. Também me ajudou muito a oportunidade de apresentar este material aos alunos da Pós-Graduação em Estudos Americanos no Japão, em 2003 (uma apresentação a convite de Jun Furuya), e aos alunos de Pós-Graduação da Michigan State University, em 2004. Finalmente, um agradecimento especial a Michael Kazin e Joseph McCartin, por seu incentivo e conselho editorial competente. Este artigo foi originalmente publicado na coletânea intitulada *Americanism: new perspectives on the history of an ideal*, organizada por Michael Kazin e Joseph MacCartin e impressa pela The University of North Carolina Press, em 2006.

** Professor do Departamento de História da Vanderbilt University. E-mail: gary.gerstle@vanderbilt.edu.

Sous l'ombre du Vietnam: le nationalisme libéral et le problème de la guerre

Le présent essai examine la façon dont un groupe de cinéastes et d'historiens post-Vietnam, en une tentative de revigoriser le libéralisme national, ont commencé à célébrer la figure du soldat-citoyen de l'histoire américaine. Ces efforts ont attiré la reconnaissance populaire et ont été acclamés mais n'ont pas réussi à induire une critique par rapport à la politique de professionnalisation des forces armées dans l'Amérique post-Vietnam et à la politique étrangère aventurière que ces militaires ont aidé à mettre en place.

Mots-clés: Soldat-Citoyen – Vietnam – Nationalisme

Da investida de Theodore Roosevelt à colina de San Juan Hill, em 1898, passando pela celebração do pelotão multiétnico da II Guerra Mundial, até o patriotismo da Guerra Fria de John F. Kennedy, a guerra mostrou-se central nas mentes dos americanos que queriam forjar uma nação liberal. As guerras do século XX viraram ocasiões para se celebrar a grandeza da América, intensificando a devoção popular aos seus ideais democráticos, e abrindo a nação para grupos que tinham sido marginalizados. As guerras legitimizaram a idéia de um Estado liberal, que estava autorizado a remediar as desigualdades econômicas e sociais em nome da justiça e da segurança. As mobilizações, em tempos de guerra, também liberaram instintos repressivos, na medida em que os liberais procuravam conter ou eliminar aqueles que rotulavam como ameaças internas. A repressão e a democratização, juntas, uniram o nacionalismo liberal ainda mais à dinâmica política da guerra.

Mas a maioria dos liberais cortou sua ligação histórica com a guerra, nas décadas de 1960 e 1970, quando eles se opuseram ao envolvimento americano no Vietnã. Ao mesmo tempo, muitos deles também repudiaram o nacionalismo, vendo nele agora, principalmente, um avanço na direção do domínio sobre países mais fracos no exterior e a subjugação de grupos “desfavorecidos” – minorias e mulheres – em casa. Ao invés disso, estes liberais direcionaram suas energias políticas para a promoção do “multiculturalismo” e de grupos que Jesse Jackson incluía em sua “*Rainbow Coalition*” (“Coalizão Arco-Íris”) – que prestavam sua primeira lealdade a identidades baseadas na raça, etnicidade, gênero e sexualidade, ao invés da nação propriamente dita.

Muitos americanos de fora do meio liberal associaram este afastamento do nacionalismo ao declínio da nação. Internacionalmente, a América tinha perdido sua bazofia, e se revelava incapaz de fazer muita coisa (ou assim parecia) contra inimigos como os militantes iranianos que, em 1979, tomaram a embaixada dos Estados Unidos em Teerã e fizeram dezenas de reféns americanos. No campo doméstico, a hiperinflação e o desemprego crescente aceleraram o desgaste do coração industrial da nação. Quando o Presidente Jimmy Carter disse aos americanos, em 1978, que eles teriam de aprender a viver dentro de certos limites, ele parecia estar prevendo a morte do sonho americano.¹

O distanciamento dos liberais da guerra e do sonho americano afastou-os do controle do poder político nacional. Os democratas só ganharam uma eleição presidencial entre 1964 e 1992, e essa (a vitória de Carter em 1976) foi mais devido ao escândalo de Watergate, que forçou a renúncia do Presidente Richard Nixon em 1974, do que a um renascimento liberal. Em 1980, o republicano Ronald Reagan, o político mais importante da América no final do século XX, fez do orgulho pelo país o elemento central de seu discurso. Seu nacionalismo dependia crucialmente da guerra – da Guerra Fria – e de superar um inimigo internacional, a União Soviética, que, em suas palavras, negava tudo que os americanos consideravam importante.

O sucesso de Reagan em ganhar duas eleições e em assegurar a eleição de seu sucessor, George H. W. Bush, em 1988, convenceu grupos de liberais influentes que a volta do Partido Democrata ao poder dependia de reabrir o nacionalismo, retirando seu controle da direita. Esforços liberais para reappropriar o nacionalismo implicavam numa gama de iniciativas: falar a respeito dos americanos de uma forma que demonstrasse orgulho; reconceptualizar o multiculturalismo como uma história de diversidade dentro da unidade americana; repensar, afinal, posicionamentos liberais até então intransigentes – o compromisso com o *welfare state* (estado do bem-estar social), ação afirmativa e investimento a custa de déficit público –, objetivando obter apoio de um país americano imaginado “de grande potencial econômico e estratégico”, e moldar um nacionalismo que fosse inclusivo e tolerante e que não dependesse, para ser

¹ Sobre a centralidade da guerra para o nacionalismo liberal antes de 1970 (e o afastamento da guerra depois de 1970), ver Gary Gerstle, *American Crucible: race and nation in the twentieth century*, Princeton, N.J., Princeton University Press, 2001. Sobre a crise dos seqüestrados no Irã e a ênfase de Carter nos limites, ver David Farber, *Taken Hostage: the Iran hostage crisis and America's first encounter with radical Islam*, Princeton, N.J., Princeton University Press, 2004.

atraente, como acontecia com versões anteriores, da denúncia e exclusão dos “não-americanos”.²

Mas o que fariam esses liberais em relação à ligação de sua própria história e de ícones históricos – Franklin Delano Roosevelt e John Fitzgerald Kennedy, em especial – com a guerra? Alguns acreditavam que os liberais que tinham levado a nação à guerra tinham traído seus melhores instintos e nada deveria ser feito para ressuscitar aquela tradição. Segundo este ponto de vista, os reformadores que melhor incorporavam os ideais liberais americanos eram intelectuais ativistas que repudiavam a guerra, como Jane Addams, Randolph Bourne, Charles Beard e um jovem Bayard Rustin. Na década de 1940, o historiador Charles Beard foi demonizado por sua denúncia da entrada da América na Segunda Guerra Mundial. Mas, por ocasião da Primeira Guerra Mundial, ele havia feito parte de uma forte e respeitada coalizão antiguerra de liberais e radicais. Essas figuras haviam argumentado que a guerra era lucrativa para os grandes negócios, tornava o Estado excessivamente poderoso e não-responsabilizável, e solapava as liberdades civis e a tolerância.³

Outros liberais basicamente ignoraram a ligação histórica entre o liberalismo e a guerra, provavelmente porque eles a consideravam pouco significativa para o crescimento de sua causa. Ao invés disso, eles se concentraram no lado positivo, em seus esforços para reabilitar a nação; construir a comunidade, a união, e um centro vital; reconciliar o multiculturalismo com o compromisso com valores americanos fundamentais; e restaurar uma forte vida cívica que uniria os americanos uns com os outros, geraria orgulho pela nação e expandiria o apoio às políticas liberais.⁴

² Gerstle, *American Crucible*, epílogo.

³ Sobre a oposição liberal à guerra, ver Charles DeBenedetti, *Origins of the Modern American Peace Movement, 1915-1929*, Millwood, N.Y., KTO Press, 1978; Thomas J. Knock, *To end all wars: Woodrow Wilson and the quest for a new moral order*, New York, Oxford University Press, 1992; Christopher Lasch, *The new radicalism in America, 1889-1963: The intellectual as social type*, New York, Knopf, 1965; Cari Resek (ed.), *War and the intellectuals: essays by Randolph S. Bourne, 1915-1919*, New York, Harper and Row, 1964. Sobre o pacifismo de Rustin durante a Segunda Guerra Mundial, ver John D'Emilio, *Lost Prophet: The life and times of Bayard Rustin*, New York, Free Press, 2003.

⁴ Arthur M. Schlesinger Jr., *The disuniting of America: reflections on a multicultural society*. New York, Norton, 1992; David A. Hollinger. *Postethnic America: Beyond Multiculturalism*. New York, Basic Books, 1995; Michael J. Sandel, *Democracy's Discontent: America in Search of a Public Philosophy*. Cambridge, Mass., Belknap Press of Harvard University Press, 1996; Robert D. Putnam, *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*, New York, Simon and Schuster, 2000; Theda Skocpol e Morris P. Fiorina (orgs.), *Civic Engagement in American Democracy*, Washington, Brookings Institution Press, 1999.

Essa concepção edificante de americanismo parecia estar em alta na década de 1990. Tanto a revolução dos direitos civis da década de 1960, que deslegitimou o nacionalismo racial, como o desmoronamento da União Soviética vinte anos depois, que eliminou o principal adversário da América no cenário internacional, permitiram que muitos afirmassem que o nacionalismo americano tinha se livrado de seu caráter racialista e de sua associação com a guerra. Era, pois, agora plausível pensar que uma versão mais suave e mais branda de americanismo pudesse florescer. Mas esta tese sofreu um grande baque no dia 11 de setembro de 2001. Como consequência daquele dia de terror, o sentimento militante nacionalista nos Estados Unidos emergiu, incitado pelas guerras lideradas pelos americanos no Afeganistão e no Iraque. À luz destes novos acontecimentos, a relação do nacionalismo americano com a guerra merece um novo olhar.

Um bom ponto de partida é examinar um pequeno grupo de celebrados nacionalistas que, na década de 1990, através de representações da história, abraçaram uma visão liberal da guerra. Freqüentemente não pensamos nesses produtores cinematográficos, historiadores populares, e empresários culturais, assumindo qualquer posição liberal. Mas eles o fizeram e ainda o fazem. As figuras principais – James McPherson, Stephen Ambrose, Ken Burns, Stephen Spielberg, Ted Turner e Tom Brokaw – resolveram, no final dos anos 80 do século XX e nos anos 90 do mesmo século, mergulhar os americanos na história do que foram as duas maiores e mais decisivas guerras na história dos Estados Unidos: a Guerra Civil e a Segunda Guerra mundial. A seus olhos, os liberais poderiam reivindicar outra vez o nacionalismo, pela recuperação do fascínio com as guerras liberais.

Esses liberais da “guerra e nacionalismo” merecem mais atenção por seu papel em revigorar o nacionalismo liberal do que receberam até agora. Eles dedicaram esforços e se valeram de recursos sofisticados para conceder a suas histórias de guerra um conteúdo liberal. Eles julgaram melhor o valor da guerra para a construção da nação americana do que os liberais que ignoraram a questão. Mais importante, no caráter do soldado cidadão, esses liberais centraram a construção de um americano emblemático que lutava movido não pelo ódio ou por um ímpeto de dominar, mas por um dever patriótico e um compromisso com os valores republicanos. Um nacionalismo tolerante e decente, eles pareciam argumentar, podia ser alcançado por guerras feitas em nome de objetivos justos e por guerreiros altruístas.

Resgatando a figura do soldado cidadão e celebrando suas conquistas, esses liberais chamaram a atenção para um acontecimento crítico embora amplamente ignorado na modalidade de guerra americana que se desenvolveu no pós-Vietnã: o afastamento do soldado cidadão e a adoção, no seu lugar, do guerreiro profissional. Quando a administração Nixon eliminou o alistamento militar obrigatório e criou, como alternativa, uma força inteiramente composta de voluntários, ela pôs fim a uma tradição de serviço militar do cidadão, que tinha começado duzentos anos antes para evitar o estabelecimento do tipo de exército profissional que temos hoje. “Exércitos de prontidão” – o termo do século XVIII para exércitos profissionais – supostamente corrompiam governos, encorajavam militares aventureiros e minavam as repúblicas. Reforçando a idéia do soldado cidadão, os liberais da “guerra e nacionalismo” dos anos 90 do século XX se preparavam para lançar uma crítica patriótica do militar profissionalizado do país – e do tipo de política exterior aventureira que a criação deste militar ajudou a tornar possível. No processo, eles poderiam ter reforçado a credibilidade de uma abordagem liberal distinta para o nacionalismo.

Mas, tal crítica, na verdade, não se efetivou. Os liberais da “guerra e nacionalismo” se mostraram relutantes ou incapazes de lidar com as consequências da Guerra do Vietnã para a sociedade americana. Aquela guerra levantara questões complicadas e dolorosas sobre o que constitui a obrigação cívica em uma República em tempos de guerra e como os soldados cidadãos deveriam se comportar em uma guerra que eles julgassem perigosa para o futuro de sua nação. Nenhum tipo de nacionalismo liberal pode ser bem-sucedido na América do século XXI sem confrontar as questões cívicas e militares que o Vietnã suscitou. Evitar o tópico do Vietnã não tornou inútil o tipo de nacionalismo que estes liberais estavam tentando criar, mas fez com que suas narrativas nacionalistas ficassem disponíveis para outros grupos no espectro político, particularmente aqueles dispostos a se apropriarem das narrativas para fins conservadores.

O interesse pela Guerra Civil e pela Segunda Guerra Mundial era alto bem antes dos anos 90 e livros sobre esses temas vendiam mais do que sobre qualquer outro tópico da História Americana. No entanto, a publicação, em 1988, de *Cry of Freedom: The Civil War Era* [Grito de Liberdade: A Era da Guerra Civil] de James McPherson (que ganhou o Prêmio Pulitzer) e, em 1994, de *D-Day: June 6, 1944*, [Dia D: 6 de junho de 1944],

de Stephen Ambrose, aumentou o desejo do público pela história daquelas guerras.⁵ Ken Burns aprofundou o interesse pela Guerra Civil quando, em 1990, lançou o que viria a se tornar um dos mais populares documentários exibidos no Sistema de Difusão Pública (intitulado, simplesmente, *A Guerra Civil*). Mais tarde, naquela mesma década, Stephen Spielberg, que se inspirou no trabalho de Ambrose, dirigiu o aclamado filme, ganhador do Oscar, *Saving Private Ryan* (1998) [*O Resgate do Soldado Ryan*] e depois se juntou a Ambrose e Tom Hanks para produzir a série da HBO *Band of Brothers* (2001). Ted Turner injetou recursos de seu império de mídia para fazer *Gettysburg*, que foi lançado em 1993 e, cinco anos mais tarde, Tom Brokaw lançou-se em uma campanha muito pessoal através de escritos e da televisão para festejar os soldados da Segunda Guerra Mundial e seus contemporâneos como “The Greatest Generation” [“A Maior Geração”]. Até 2001, a trilogia em livro do homônimo tinha vendido mais de cinco milhões de exemplares e seus especiais para a televisão sobre a Segunda Guerra Mundial, freqüentemente com Stephen Ambrose como narrador ou *talking head*, tinham alcançado igualmente audiência de milhões de telespectadores.⁶

Essas pessoas não tinham agendas artísticas ou políticas semelhantes. A história da eliminação de um inimigo externo, a Alemanha nazista, não podia ser contada da mesma forma que a conflagração do século XIX que estraçalhou a América. O produtor de filmes Spielberg abordou seu assunto de forma distinta da adotada pelo diretor do documentário Burns. McPherson era um acadêmico mais sério do que Ambrose. Ele resistiu aos encantos da fama, um possível contrato de assistentes para acelerar a produção de seus livros, e a tentação de se tornar um animador de torcida para os políticos no poder. Ele também permaneceu como um liberal convicto, enquanto Ambrose se voltava mais e mais para os círculos republicanos. No entanto, estes homens estavam comprometidos com um projeto comum: colocar grandes guerras no centro da história americana; encontrar nessas guerras a liderança,

⁵ James M. McPherson, *Battle Cry of Freedom: The Civil War Era*, New York, Oxford University Press, 1988; Stephen E. Ambrose, *D-Day, June 6, 1944: The Climactic Battle of World War II*, New York, Simon and Schuster, 1988.

⁶ *The Civil War*, dirigido por Ken Burns, PBS Home Video, 1990, DVD; *O Resgate do Soldado Ryan*, dirigido por Steven Spielberg, Dreamworks SKG, 1998, DVD; *Band of Brothers*, dirigido por David Frankel, Tom Hanks, David Leland, Richard Loncraine, David Nutter, Philip Alden Robinson, Mikael Salomon, Tony To, HBO Home Video, 2001, DVD; *Gettysburg*, dirigido por Ronald F. Maxwell, Warner Home Video, 1993, DVD; Tom Brokaw, *The Greatest Generation*, New York, Random House, 1998; Tom Brokaw, *The Greatest Generation Speaks: Letters and Reflections*, New York, Random House, 1999; Tom Brokaw, *An Album of Memories: Personal Histories from the Greatest Generation*, New York, Random House, 2001.

a personalidade, os valores que engrandeceram a América, e usar a recuperação das histórias dessas guerras para impulsionar um nacionalismo que serviria aos propósitos liberais.

As representações da guerra no trabalho desses autores e produtores de cinema tinham vários princípios em comum: em primeiro lugar, a guerra é um inferno, e seus horrores físicos e psicológicos têm de ser mostrados vividamente; em segundo lugar, mesmo assim, grandes guerras foram redimidas pelos ideais nobres que as guiaram – a eliminação da escravidão na Guerra Civil e a derrota de Hitler na Segunda Guerra mundial – e pelos grandes líderes, como Abraham Lincoln e Franklin D. Roosevelt, que foram capazes de transmitir aos americanos o que estava em jogo; em terceiro lugar, até mesmo aqueles americanos que estavam do lado errado da Guerra Civil – Generais Robert E. Lee e James Longstreet, em *Gettysburg*, por exemplo – lutaram com virtude e consciência; e, finalmente, e mais importante de tudo, as grandes guerras foram vencidas por soldados cidadãos.

A figura do soldado cidadão é crucial para o entendimento do liberalismo desse nacionalismo centrado na guerra. Ele não é um guerreiro profissional e não tem o desejo de vir a se tornar um. Esse tipo de figura exemplar pode ser um educador gentil e entregue a seus pensamentos na vida civil: o Capitão James Miller, em *Saving Private Ryan* [O Resgate do Soldado Ryan], é um professor de uma escola da Pennsylvania, e o Coronel Joshua Lawrence Chamberlain, em *Gettysburg*, é um professor de uma faculdade no Maine. Nenhum deles é um aventureiro militar. Eles lutam porque sua nação os convocou para o serviço militar, e seu dever tem de ser cumprido. Eles querem que a América se mantenha honesta e democrática, e a restauração da paz é seu objetivo. Eles não nutrem sonhos de glória imperial ou de conquistas de proporções romanas que motivaram o General George Patton.⁷ Miller e Chamberlain têm um entendimento claro do que está em causa – em termos tanto do propósito geral da guerra, quanto da vulnerabilidade moral dos homens sob seu comando. Apesar disso, eles nunca deixam de se horrorizar com a morte que eles têm de infligir e se sentem periodicamente em crise de consciência pelas mortes que eles

⁷ Sobre Patton, ver Ladislas Farago, *Patton: Ordeal and Triumph*, New York, I. Obo-lensky, 1964; para uma versão cinematográfica, ver *Patton*, directed by Franklin J. Schaffner, DVD, Twentieth Century Fox, 1970.

têm de perpetrar. Eles se mantêm sãos, almejando finalizar sua missão e retomar o curso normal de suas vidas.⁸

Como a maioria das criações, essa figura do soldado cidadão foi moldada a partir de materiais culturais pré-existentes. Os americanos desde muito tempo valorizam indivíduos supostamente desinteressados em riqueza, poder ou autoridade, mas cujo cerne ético os obriga a responder, quando sua comunidade é ameaçada. Na cultura popular, esses tipos apareceram com freqüência em *westerns*, encarnando tipos como um *cowboy* solitário ou um atirador que se vê impelido à defesa dos cidadãos ordinários de uma cidade contra criminosos ou funcionários corruptos. O *cowboy* solitário é muitas vezes uma pessoa moralmente comprometida ou complexa, sua independência intimamente ligada a uma história pessoal dolorosa ou perigosa demais para ser compartilhada com outros membros da sua comunidade. Em comparação, o soldado cidadão dos filmes de guerra é um personagem menos complexo e mais adaptado à sociedade. Ele se distingue não por um passado que ele se sente compelido a esconder, mas pelo caráter ordinário de seus interesses civis. Ele é simplesmente um bom cidadão.⁹

O Capitão John Miller, de *O Resgate do Soldado Ryan*, protagonizado por Tom Hanks, é o mais bem construído soldado cidadão já representado no cinema. O encontro com Miller se dá em sua chegada à terra firme, com sua companhia de soldados, durante a primeira onda de assaltos às praias da Normandia, no dia 06 de junho de 1944. Ao ver o tremor em suas mãos, quando seu barco se aproxima da praia, e ao observar como ele está desnorteado e desorientado, devido a uma granada que explode logo após o seu desembarque, percebemos que ele não é um super-herói indestrutível. Mesmo assim, ele se recompõe e, com experiência, decisão e bom julgamento, organiza seus homens para vencer um reduto alemão e conduzi-los à segurança.

Esse episódio horripilante é tão-somente um prelúdio para a verdadeira história do filme de Spielberg: a procura pelo Soldado James F. Ryan, um pára-quedista lançado atrás das linhas de combate alemãs, na véspera do Dia-D. Porque três de seus irmãos já morreram em combate, o chefão

⁸ A figura central em *Band of Brothers*, o Tenente-Coronel (e mais tarde Capitão) Richard D. Winters também se encaixa neste perfil, embora ele não tenha sido um educador na vida civil.

⁹ Para uma visão sobre o *cowboy* solitário e pistoleiro como um personagem na cultura americana, ver Richard Slotkin, *Gunfighter Nation: The Myth of the Frontier in Twentieth-Century America*, New York, Atheneum, 1992; Arthur M. Eckstein e Peter Lehman (orgs.), *The Searchers: Essays and Reflections on John Ford's Classic Western*, Detroit, Wayne State University Press, 2004.

das forças armadas americanas manda que ele saia da praça de guerra. O Capitão Miller recebe a incumbência de achar Ryan e trazê-lo são e salvo. Desde o começo, Miller debocha de sua missão. Ele não vê razão para arriscar a vida de seus homens por um sujeito desconhecido em um lugar desconhecido do interior, coalhado de milhares de soldados inimigos. Mesmo assim, Miller não hesita em reunir um pelotão e avançar dentro do território inimigo, atrás do espectro de Ryan.

A busca estranhamente leva os espectadores deste filme sobre a Segunda Guerra Mundial para uma outra guerra, a do Vietnã. As câmeras de Spielberg focam os soldados de Miller enquanto eles se arrastam por terreno irregular e desconhecido. Eles não têm a mínima idéia quando ou em que circunstâncias eles irão encontrar Ryan ou o inimigo. Eles podiam até estar *humping the boonies* [“carregando suas mochilas pelo terreno irregular do interior”] – uma expressão da Guerra do Vietnã para descrever as patrulhas de soldados americanos que se aventuravam em território adversário para atrair o fogo inimigo e, portanto, expor, engajar na luta e derrotar o Viet Cong. O momento crucial, quando os homens de Miller ameaçam desertá-lo e abandonar a missão, também sugere que os pensamentos de Spielberg sobre o Vietnã inspiraram esse filme sobre a Segunda Guerra Mundial.

Todas as guerras fazem surgir situações em que os soldados se rebelam contra seus comandantes e algumas vezes os matam, mas a incidência desses acontecimentos no Vietnã excede a de todas as outras guerras que os Estados Unidos lutaram. A freqüência dessas ações no Vietnã veio a simbolizar a quebra do moral militar americano, o desespero que tomou conta dos soldados que não viam propósito no que lhes mandavam fazer, e o repúdio aos valores tão intimamente ligados ao nacionalismo americano – honra, dever e a crença de que valia a pena lutar e morrer por seu próprio país. Sugerir, como o faz Spielberg, que tais sentimentos possam ter penetrado nas cabeças dos soldados da infantaria da *reatest Generation*, é entrar em um terreno potencialmente subversivo na arte de contar histórias.¹⁰

¹⁰ Sobre as expressões “humping the boonies”, “fraggings” e outros aspectos da guerra do Vietnã, ver Christian G. Appy, *Working-Class War: American Combat Soldiers and Vietnã*, Chapel Hill, University of North Carolina, 1993. Sobre a quebra de disciplina dos militares, ver também Robert D. Heinl Jr., “The Collapse of the Armed Forces”, *Armed Forces Journal*, June 7, 1971.

Em *O Resgate do Soldado Ryan*, a quase revolta ocorre quando Miller manda que seus homens ataquem um ninho de metralhadoras alemãs. Eles estão relutantes em atacar, mas eles assim o fazem e vencem o inimigo. No processo, no entanto, eles perdem um de seus homens, Soldado Irwin Wade, um médico, cuja morte dolorosa se constitui em um dos momentos mais pungentes do filme. Desanimados e com ódio pela morte de Wade, os homens de Miller querem matar o soldado alemão que eles capturaram. Miller intervém e faz com que o soldado alemão cave um túmulo para Wade e depois o deixa ir embora. Furioso pela atitude de Miller, o soldado Richard Reiben, o irlandês de cabeça quente do pelotão, declara que não vai mais continuar na missão de resgate de Ryan. Quando Michael Horvath, o sargento leal a Miller, puxa a arma para Reiben, o pelotão está à beira de um clímax tipo-Vietnã: soldados americanos se matando, ao invés de obedecerem a seu capitão e de levarem a cabo sua missão.

Mas Spielberg não pode permitir que isso aconteça – não em um filme sobre a *Greatest Generation*. O espírito de liderança e os valores éticos do soldado cidadão salvam a situação. Miller consegue vencer seu trauma e se acalmar, e usa o momento para revelar aos seus homens um segredo bem guardado, segredo este que eles vinham tentando adivinhar: sua profissão na vida civil. Ele anuncia que é um professor de inglês em uma pequena cidade da Pensilvânia. Para se proteger contra a acusação de que um professor de inglês poderia ser um perfil muito afeminado para um capitão do exército, ele diz a eles que também é um treinador de baseball.

A revelação de Miller pega seus homens de surpresa, interrompe o clima de assassinato e dá a Spielberg a oportunidade de passar a mensagem mais importante do filme. Miller admite a seus homens que nunca acreditou na missão de encontrar Ryan. Mas, cumpri-la lhe dá o direito de voltar para a sua mulher; “então isso”, ele diz, “faz com que sua missão valha a pena”. Com referência ao soldado alemão que ele se recusou a matar, ele observa: “Cada homem que mato me faz sentir mais distante de casa”. Movidos pelo espírito de seu líder soldado cidadão, todos os homens comandados por Miller decidem ficar a seu lado. Não só o pelotão vai ficar unido, mas eles vão achar e salvar o soldado Ryan, mesmo que o custo, em termos de suas próprias vidas, seja alto.

É uma cena extraordinariamente comovente. Mas ela também levanta questões difíceis sobre a estratégia que Spielberg usa para reacender

o patriotismo. Duas questões, especificamente, se prestam à investigação: primeiramente, o uso da nostalgia da Segunda Guerra Mundial para vencer as amargas heranças do Vietnã e, em segundo lugar, a reabilitação do pelotão todo branco, todo masculino, como um principal incubador da grandeza americana.

Tendo crescido nos anos 60, Spielberg foi profundamente afetado pela Guerra do Vietnã. Em um ensaio sobre filmes americanos escrito para a *Newsweek*, ele observou como o Vietnã tinha despedaçado o seu mundo, tanto pessoal como cinematograficamente. Desde a infância ele tinha fascínio por filmes americanos de guerra; em verdade, seu primeiro filme, feito aos quatorze anos, foi uma tentativa de reencenar as gloriosas batalhas da Segunda Guerra Mundial, que ele e seus amigos tinham visto nas telas. Naquele período de inocência dos anos 50, Spielberg não punha em cheque a virtude dos Estados Unidos, os objetivos justos das guerras que o país tinha lutado ou a nobreza e a bravura daqueles que perderam suas vidas. Mas aí irrompeu a guerra no Sudeste da Ásia e, Spielberg recordou, “todo estereótipo hollywoodiano se esfacelou quando as baixas do Vietnã invadiram nossas salas de estar sete noites por semana, por quase uma década”. Não era só o incessante fluxo de mortes que perturbava Spielberg, mas também o fato de “que um novo tipo de morte estava vindo ao nosso encontro, sem cortes ou censuras”. Caos, matança terrível e covardia estavam se misturando, e talvez sendo maiores do que a bravura e a glória no campo de batalha. Já não era fácil saber por que os soldados americanos estavam lutando – ou se todos eles estavam sequer lutando. De repente, separar os bons dos maus tornou-se uma questão bem mais complicada. Em *O Resgate do Soldado Ryan*, a determinação de Spielberg de revelar a confusão, a brutalidade e a incerteza moral da guerra revela quão profundamente o Vietnã moldou sua abordagem do assunto.¹¹

Por que Spielberg não fez um filme sobre a própria Guerra do Vietnã? Com filmes memoráveis sobre o Vietnã, como *The Deer Hunter* (1978) [*O franco atirador*], *Apocalypse Now* (1979) e *Platoon* (1986), nas telas até os anos 90, Spielberg pode ter simplesmente achado que ele poderia mais facilmente imprimir sua marca com uma exploração cinematográfica

¹¹ Steven Spielberg, “Of Guts and Glory,” *Newsweek*, June 29, 1998, 68.

da Segunda Guerra Mundial.¹² Mas também podemos nos perguntar se Spielberg tinha um outro projeto em mente: ajudar aos americanos a vencer o trauma de Vietnã, levando-os a focalizarem uma guerra melhor.

Vários estudiosos sustentaram esse argumento, enfatizando o desejo de Spielberg em *O Resgate do Soldado Ryan* de dar um fim à crise pós-Vietnã de identidade nacional, trazendo os americanos para “casa”, uma nação mítica, onde os indivíduos são bons, republicanos, os sentimentos patrióticos afloram e as energias políticas nacionais são direcionadas para causas importantes.¹³ O poder terapêutico do filme, segundo esta visão, advém da habilidade de Spielberg de unir suas sensibilidades em relação ao Vietnã – expressas no realismo corajoso das seqüências de batalhas – com sua fé na virtude americana. Spielberg conduz seus soldados pelo vale da morte, mas nos conforta com o conhecimento de que seus jovens, como a própria nação, serão redimidos. Seus soldados são heróis relutantes e imperfeitos. Mas eles também são, em suas próprias palavras, os “*dogfaces*¹⁴ que libertaram o mundo” e fizeram da América uma grande nação.¹⁵

Terá o filme ajudado os expectadores a exorcizarem os traumas que persistiam desde o Vietnã e “acharem seu caminho de volta para casa” para uma América que eles podiam amar e abraçar? É difícil dizer. Mas, mesmo sem saber como essa mensagem foi recebida, pode-se ficar incomodado pela tentativa de Spielberg de usar a Segunda Guerra Mundial para resolver uma crise militar e cultural gerada pelo Vietnã. Na verdade, um filme sobre a Segunda Guerra Mundial faz pouco para nos ajudar a compreender o que aconteceu no Vietnã. Ele não pode nos levar a entender as razões para ou as consequências da derrota americana na Indochina. Ele pode, na verdade, ter encorajado alguns espectadores a evitar as difíceis questões

¹² Uma lista parcial destes filmes famosos sobre o Vietnã inclui *Coming Home* [Amargo regresso], dirigido por Hal Ashby, United Artists, 1978, DVD; *The Deer Hunter* [O franco atirador], dirigido por Michael Cimino, EMI/Universal, 1978, DVD; *Apocalypse Now* [Apocalipse Now], dirigido por Francis Ford Coppola, United Artists, 1979, DVD; *Rambo: First Blood Part II* [Rambo 2: A Missão], dirigido por George Pan Cosmotos, Lions Gates, 1985, DVD; *Platoon* [Platoon], dirigido por Oliver Stone, Hemdale, 1986, DVD; *Full Metal Jacket* [Nascido para matar], dirigido por Stanley Kubrick, Natant, 1987, DVD; *Born on the Fourth of July* [Nascido em 4 de julho], dirigido por Oliver Stone, Fourth of July, 1989, DVD.

¹³ Ver, por exemplo, A. Susan Owen, “Memory, War, and American Identity: *O Resgate do Soldado Ryan* as Cinematic Jeremiad”, *Critical Studies in Media Communication*, 19, September 2002, p. 249-82.

¹⁴ N.T. *Dogface* é um termo muito usado para designar o soldado americano.

¹⁵ Spielberg, *Of Guts and Glory*.

sobre o Vietnã e a se deixarem afundar em uma nostalgia pela “boa guerra” e por um tempo melhor, quando os soldados americanos serviram de forma honrada e bem-sucedida e elevaram o nome da América no mundo.

O Resgate do Soldado Ryan não faz nenhuma referência ao fato de que a *Great Generation* serviu nas forças armadas organizadas sob princípios racistas: nenhum americano afro-descendente aparece no filme de três horas de duração. E tem mais: nas dezesseis horas, ou mais, de *Band of Brothers*, só se vê um único rosto negro. Em certo sentido, esta ausência é defensável: dos 150.000 soldados que desembarcaram nas praias da Normandia no dia 06 de junho de 1944, menos do que 2.000 eram americanos afro-descendentes, e eles chegaram como tropas de apoio (dirigindo caminhões, descarregando suprimentos, construindo barreiras) em levas posteriores, depois que as cabeças-de-ponte tinham sido asseguradas.¹⁶ Mas centenas de milhares de tropas americanas afro-descendentes estavam na Grã-Bretanha naquela época, construindo estradas e aeroportos, transportando suprimentos e cozinhando para as tropas. Muitos queriam lutar – e participar do Dia-D – mas isso não lhes foi permitido. Não apenas o exército e a marinha (e seus fuzileiros navais) se organizaram rigidamente segundo o princípio de segregação racial, mas também barraram os negros nos combates. O alto comando dos Estados Unidos decidiu que os soldados negros não eram confiáveis para executar missões, especialmente quando o bem-estar da nação estava em jogo.¹⁷

Os bandos de irmãos exclusivamente brancos a quem Ambrose, Spielberg e Hanks prestam homenagem não eram formações que ocorriam naturalmente. Eles resultavam de uma política deliberada dos Estados Unidos de separar os negros dos brancos – a um alto custo financeiro para os cidadãos que pagam seus impostos, que pagavam pela duplicação de instalações e de serviços, com o risco de transformar as bases militares em campos de batalha racial entre soldados brancos e negros. Nas bases de treinamento, em particular, os soldados negros expressavam cada vez mais sua raiva por serem compelidos a lutar numa guerra pela democracia e contra o nazismo, enquanto viviam em uma nação que lhes negava os direitos básicos e decentes da cidadania.¹⁸

¹⁶ Ambrose, *D-Day*, p. 372.

¹⁷ Gerstle, *American Crucible*, capítulo 5.

¹⁸ Ibidem; Daniel Kryder, *Divided Arsenal: Race and the American State during World War II*, New York, Cambridge University Press, 2000; David J. A. Hunter, “Jim Crow Abroad: American G.I.s and the Problem of Race in World War II Britain”, artigo apresentado em seminário, inédito, 2003, University of Maryland, de posse do autor.

Não teria sido fácil tratar desse assunto em um filme centrado na primeira semana na Normandia depois do Dia-D.¹⁹ As forças armadas não-segregadas iriam surgir no final dos anos 40, em parte devido aos protestos dos soldados negros e à crescente revolta dos americanos brancos sobre a prevalência de práticas raciais, ao estilo das práticas nazistas, em sua própria sociedade. Nos 50 anos seguintes, as forças armadas se tornaram a instituição mais bem-sucedida quanto à integração na América.²⁰ Mesmo assim, há algo perturbador sobre a decisão de Spielberg – seguindo o exemplo de Ambrose – de escolher unidades de combate e momentos racialmente homogêneos para celebrar a nação, sem parar para observar que essa homogeneidade era o produto de uma política governamental. Ao optarem por reproduzir padrões históricos de exclusão interna sem os criticar, Spielberg e Ambrose podem ter ajudado a fortalecê-los.

Mesmo tendo *O Resgate do Soldado Ryan*, *Band of Brothers* e os livros de Ambrose como característica comum à nostalgia nacionalista acerca de uma era anterior ao Vietnã, quando os Estados Unidos se empenhavam em guerras por boas causas, as unidades militares ficavam intactas e homens brancos governavam a América, esses trabalhos ainda tiveram algo a oferecer àqueles que construiriam um nacionalismo liberal: o caráter do soldado cidadão. A recuperação histórica deste personagem nos anos 90 ocorria ironicamente num contexto em que os militares dos Estados Unidos já o tinham abandonado como um ideal em torno do qual poderiam se organizar e se legitimizar. Quando instituída, perto do final da Guerra do Vietnã, a mudança para um exército profissional levantara pouca controvérsia. Os Republicanos encararam-na como uma forma de escapar do protesto antiguerra; eles calcularam, corretamente, que os protestos domésticos contra as guerras no exterior diminuiriam quando os jovens americanos não mais tivessem de se submeter ao serviço militar obrigatório. Os organizadores de protestos

¹⁹ Teria sido mais fácil apresentar a questão racial em um filme sobre a *Battle of the Bulge*, quando Eisenhower, em procura desesperada de homens para a guerra, permitiu que motoristas de caminhão negros se oferecessem como voluntários para o combate; cinco mil se ofereceram. Ambrose, *Dia-D*, p. 372. Os produtores de *Band of Brothers*, que inclui um longo episódio sobre a *Battle of the Bulge*, resolveram não aproveitar essa oportunidade – exceto por ter mostrado brevemente na tela um motorista negro.

²⁰ Sobre a história da integração nas forças armadas, ver Morris J. MacGregor Jr., *Integration of the Armed Forces, 1940-1965*, Washington, Center of Military History, U.S. Army, 1981; Bernard Nalty, *Strength for the Fight: A History of Black Americans in the Military*, New York, Free Press, 1986; Charles C. Moskos e John Sibley Butler, *All That We Can Be: Black Leadership and Racial Integration the Army Way*, New York, Basic Books, 1996; Powell, Collin e Persico, Joseph E., *My American Journey*, New York, Random House, 1995.

antiguerra viram o fim do serviço militar obrigatório como uma vitória de sua campanha visando tornar impossível aos Estados Unidos sustentarem seu envolvimento no Sudeste da Ásia. Os líderes militares se preocupavam com que o novo sistema de serviço voluntário produzisse muito poucos recrutas de boa qualidade, mas se mostraram relutantes em falar sobre suas reservas publicamente. Enquanto isso, milhões de jovens, e seus pais e irmãos, ficaram simplesmente aliviados ao saber que o Vietnã não mais ameaçava o seu futuro.²¹

O que poucos entendiam à época era como a mudança para uma Força Totalmente Voluntária – AVF²² – iria profissionalizar as fileiras militares, tornar o serviço militar uma carreira especializada, no lugar de uma obrigação cívica amplamente compartilhada, e iria estreitar a base social dos recrutas. A ligação popular com os militares e o controle sobre eles diminuiu, em parte porque a maioria dos americanos não mais tinha laços pessoais com eles e, em parte, porque os militares, como a maioria das profissões, desenvolveram uma cultura específica a seu trabalho, grandemente inacessível aos de fora. Essa cultura, inevitavelmente, admira o soldado profissional mais do que o amador, o indivíduo que demonstra o “comprometimento real” com o seu trabalho, ao invés do “trapalhão” que, como o Capitão John Miller, está ansioso para voltar para casa.²³

²¹ David R. Segal, *Military Organization and Personnel Accession: What Changed with the AVF – and What Didn't*, College Park, Center for Philosophy and Public Policy, University of Maryland, 1981; Martin Binkin, *America's Volunteer Military: Progress and Prospects*, Washington, Brookings Institution, 1984; Senado dos Estados Unidos, Comitê sobre as Forças Armadas, *Status of the All-Volunteer Armed Force*, Audiência perante o Subcomitê sobre Força para a Guerra e Pessoal, 95º Cong., 2a. sess., 20 de junho de 1978, Washington, Government Printing Office, 1978; Edward W. Brooke e Sam Nunn, *An All-Volunteer Force for the United States?*, Washington, American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1977.

²² N.T. Abreviação do termo em inglês *All-Volunteer Force*.

²³ Peter D. Feaver e Richard H. Kohn (orgs.), *Soldiers and Civilians: The Civil-Military Gap and American National Security*, Cambridge, Mass., MIT Press, 2001; Thomas W. Lippmann, “Socially and Politically, Nation Feels the Absence of a Draft”, *Washington Post*, 8 de setembro, 1998; David R. Segal, *Recruiting for Uncle Sam: Citizenship and Military Manpower Policy*, Lawrence, University Press of Kansas, 1989; Jerald G. Bachman, John D. Blair e David R. Segal, *The All-Volunteer Force: A Study of Ideology in the Military*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 1977; Robert K. Fullinwider (org.), *Conscripts and Volunteers: Military Requirements, Social Justice, and the All-Volunteer Force*, Totowa, N.J., Rowman e Allanheld, 1983; Eliot A. Cohen, *Citizens and Soldiers: The Dilemmas of Military Service*, Ithaca, N.Y., Cornell University Press, 1985; Binkin, *America's Volunteer Military*. Andrew Bacevich enfatizou como a Força Inteiramente Voluntária deu às elites (econômicas e em termos de educação) americanas uma desculpa para não prestarem serviço militar. Em 2000, somente 6,5% dos que se alistaram para o serviço militar com idades entre 18 e 24 anos de idade tinha tido formação universitária. Bacevich, *The New American Militarism: How Americans Are Seduced by War*, New York, Oxford University Press, 2005, p. 28.

Criticar a AVF não equivale a contestar as qualidades individuais dos atuais ou antigos militares, quer homens, quer mulheres. Podem-se identificar antigos generais, como Colin Powell, Wesley Clark e Anthony Zinni, que prestaram bons serviços tanto como militares como em seus cargos políticos. Durante a segunda Guerra do Iraque, alguns oficiais expressaram suas reservas sobre o propósito e execução da guerra, a sobrecarga do exército e dos fuzileiros que ela gerava e a falha na preparação adequada para ocupações longas e sangrentas.²⁴ As fileiras militares têm muitos homens e mulheres, de várias raças e etnias, bem treinados, com espírito patriótico, que sinceramente desejam servir a seu país e seguir com orgulho sua vocação militar. A questão não é a qualidade dos guerreiros e dos generais individualmente, mas as consequências sociais e políticas, a longo prazo, de manter um exército profissional.

Com certeza, gerações anteriores de americanos olhariam com desconfiança para o tipo de forças armadas que a América do século XXI produziu. Nada irritava mais os revolucionários do século XVIII do que a presença de um “exército de prontidão” da Grã-Bretanha em seu meio. Esse era um exército que julgavam servir tão-somente às ambições da Coroa, levando o rei e o Parlamento às aventuras imperiais, corrompendo seus instintos de governabilidade e suprimindo as liberdades do povo britânico.

Ao planejarem sua nova nação, os fundadores da República americana resolveram não criar uma força militar como essa. O exército de prontidão dos Estados Unidos permaneceria pequeno. Seus generais prestariam serviços no papel de políticos, se requisitados, mas eles também sabriam – seguindo o exemplo de Cincinnatus e George Washington – quando se recolherem a suas vidas privadas. Um dos mais antigos e duradouros heróis da Guerra Revolucionária era o miliciano – o soldado cidadão de Lexington e Concord, que se mobilizou para defender sua nova nação e que depois retornou a sua fazenda, uma vez que o serviço militar não mais era necessário.²⁵

²⁴ Sobre a crítica por parte dos oficiais militares (a maioria reformados) à administração Bush, ver “Group Urges Voters Not to Choose Bush”, *New York Times*, June 14, 2004; Peter Slevin, “Retired Envoys, Commanders Assail Bush Team”, *Washington Post*, June 17, 2004; “Retired Officials Say Bush Must Go”, *Los Angeles Times*, June 13, 2004; Peter Slevin, “Group Seeks Change in Security Policy; Dignitaries Fault Bush Administration”, *Washington Post*, 13 de junho, 2004.

²⁵ John Whiteclay Chambers II, *To Raise an Army: The Draft Comes to Modern America*, New York, Free Press, 1987, cap. 1. Sobre a tradição do miliciano, ver Robert A. Gross, *The Minutemen and Their World*, New York, Hill and Wang, 1976.

A decisão de confiar em soldados cidadãos e em milícias do Estado tinha seus próprios perigos, é lógico. George Washington nunca gostou deles e era especialmente crítico às unidades da Nova Inglaterra, por sua relutância em obedecerem à sua disciplina e à dos militares.²⁶ Tanto durante, quanto após a Revolução, os milicianos nem sempre esperavam o governo chamá-los à ação e decidiam, ao invés disso, tomar as medidas que julgassem cabíveis – indo atrás de criminosos, ladrões, intrusos e fazendo sua própria justiça. Alguns dos indivíduos identificados pelas milícias como “intrusos” podem ter sido ameaças genuínas para a segurança pública; outros eram considerados como perigosos por causa da cor de sua pele, da sua religião, de sua suposta falta de civilização, sua itinerância, ou sua pobreza. Os índios, os mexicanos e os americanos afro-descendentes entenderam muito bem que a distinção entre milícias de honra e de “vigilantes”²⁷ era difícil de ser estabelecida. Os cavaleiros da noite da Ku Klux Klan adotaram sua própria versão da imagem dos milicianos.²⁸ Enquanto isso, o direito de portar armas tanto fortalecia a tradição do soldado cidadão como impedia que os governos tivessem o monopólio sobre os meios de violência.

À medida que a tradição miliciana diminuía, no começo do século XX, o significado de militarização do cidadão também mudava. Agora se referia menos aos milicianos – civis que viam o serviço militar como parte recorrente do dever cívico e que guardavam suas armas em casa e cultivavam uma ética do voluntariado quando lhes era solicitado que lutassesem – e mais aos cidadãos do sexo masculino, jovens e com boa saúde que o governo chamava (ou recrutava) para servir em seu corpo militar.²⁹

Ao mesmo tempo em que se admite o lado negativo da tradição miliciano-cidadão-soldado, ainda se pode afirmar que ele serviu bem

²⁶ Joseph J. Ellis, *His Excellency: George Washington*, New York, Knopf, 2004, p. 27-28, 76-77. Ellis apóia a visão pessimista de Washington em relação às milícias. Para uma visão positiva dessas milícias, ver David Hackett Fischer, *Washington's Crossing*, New York, Oxford University Press, 2004, p. 19-21.

²⁷ N.T. Essa expressão, em espanhol no original, é bastante usual.

²⁸ Para insights sobre a história do vigilantismo, ver Linda Gordon, *The Great Arizona Orphan Abduction*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1999. Sobre as ameaças que os grupos armados de brancos representavam para os negros, ver Steven Hahn, *A Nation under Our Feet: Black Political Struggles in the Rural South from Slavery to the Great Migration*, Cambridge, Mass., Belknap Press of Harvard University Press, 2003.

²⁹ Sobre o declínio da tradição da milícia, ver Chambers, *To Raise an Army*, cap. 2-3. Ver também Eliot A. Cohen, “Twilight of the Citizen Soldier”, *Parameters*, 31, Summer 2001, p. 23-28.

à República em um sentido: garantiu que guerras maiores precisassem da concordância de uma ampla parte da população. Mesmo se os líderes políticos não pedissem um voto formal para a guerra, eles tinham mesmo assim que gerar um consenso sobre se, em uma guerra específica, valia a pena o risco de perder maridos, irmãos e filhos na batalha. É lógico que as administrações predispostas à guerra utilizavam todas as ferramentas da propaganda e da persuasão que eles pudessem reunir, mesmo que isso significasse enganar o público. Mas o ceticismo público era geralmente mais forte e mais crítico quando os cidadãos tinham de pesar o valor da guerra contra o risco de perder um membro da família do que é hoje em dia, quando a grande maioria dos americanos não se depara com esta escolha. Com a exceção da Segunda Guerra Mundial, tinha havido uma forte oposição a todas as guerras em que os Estados Unidos se envolveram, começando com a Guerra Revolucionária e terminando com a do Vietnã.³⁰ Em fevereiro de 2003, centenas de milhares de americanos foram às ruas para protestar contra a iminente guerra contra o Iraque. Mas, uma vez começada a guerra, os números rapidamente diminuíram.

A doutrina da administração Bush de guerra preventiva – e a decisão de invadir o Iraque – provavelmente teria enfrentado uma oposição maior, se tivesse sido confrontada por um serviço militar dependente tanto de homens como de mulheres soldados cidadãos. Esses soldados e suas famílias podem realizar uma contenção democrática das ambições dos governantes. Não é nada surpreendente que o questionamento da guerra mais efetivo e de caráter mais público, depois que as hostilidades começaram, tenha partido das fileiras dos Guardas Nacionais (e suas famílias) que mantêm a tradição do soldado cidadão seguindo uma fórmula própria: eles são “guerreiros de fim de semana”, que têm de estar disponíveis para o serviço militar em tempos de emergência. O General Creighton Abrams, Chefe do Estado Maior quando a AVF passou a vigorar, em 1973, reestruturou seu serviço, para assegurar que futuros engajamentos militares sempre incluíssem uma mistura de unidades ativas e de reserva, as últimas compostas por Guardas Nacionais; foi uma tentativa de

³⁰ Estima-se que um terço dos colonizadores que habitavam as treze colônias se opunham à Guerra Revolucionária. No caso da Segunda Guerra Mundial, a oposição à guerra só terminou quando os japoneses atacaram Pearl Harbor. No final dos anos 30, a oposição a se envolver em um conflito armado e a relutância a ser levado para a Segunda Guerra Mundial da Europa eram sentimentos populares na sociedade americana. Para um retrato sensível da força da posição anti-guerra na América de 1930, ver Arthur M. Schlesinger Jr., *A Life in the Twentieth Century: Innocent Beginnings, 1917-1950*, Boston, Houghton Mifflin, 2000.

manter o exército não totalmente independente da América civil.³¹ Essa decisão explica porque as unidades da Guarda Nacional desempenharam um papel importante, tanto na primeira, como na segunda Guerra do Iraque.

Antes da segunda guerra, o componente do serviço da Guarda Nacional engajado em guerra não era visto como particularmente importante por seus membros. A maioria dos que se alistaram na Guarda nos anos 80 e 90 consideravam esse alistamento mais como um segundo emprego do que um dever cívico ou obrigação militar: ele gerava uma fonte de renda suplementar e com a qual podiam contar, em contrapartida a um gasto de tempo e energia relativamente baixo. Os Guardas não contavam em ser chamados para serviço efetivo, ou, caso isso acontecesse, consideravam que seu tempo de serviço seria curto e não excessivamente perigoso. Assim, a maioria dos Guardas não estava preparada para questionar a decisão do Pentágono de enviar um grande contingente de suas fileiras para o Iraque, em 2003 e 2004.

Mas, na medida em que seu engajamento em um teatro de guerra se arrastou por meses e por vezes até por anos, muitos começaram a se fazer perguntas e aos militares. Primeiramente, como cidadãos e depois como soldados, quantos meses ou anos de serviço eles deviam a seu país? Essa guerra era passível de ser vencida? Valia o sacrifício de suas vidas? Aos poucos os membros da Guarda recuperaram as vozes que haviam perdido, ou que nunca tinham tido: aquela de soldados cidadãos. Eles demonstraram maior desejo de que ouvissem suas opiniões, precisamente porque eles eram, em primeiro lugar, cidadãos e, em segundo lugar, soldados.³²

³¹ Bacevich, *New American Militarism*, p. 39-41.

³² Ver, por exemplo, a transmissão de rádio de 1º de maio de 2004, apresentada por Paul Rieckhoff, um oficial da Guarda Nacional da Cidade de Nova Iorque, que serviu dez meses no Iraque com a 124ª Infantaria, Terceiro Batalhão. Essa transmissão foi apresentada como a resposta do Partido Democrata à transmissão de Bush, anuncando que a América tinha cumprido sua missão no Iraque. Primeiro Tenente Paul Rieckhoff, "Rebuttal to G. W. Bush, Mission Accomplished", 1º de maio de 2004, <http://www.foxnews.com/story/0,2933,118735,00.html>. Ver também Anthony Ramirez, "National Guard Officer Offers Criticism of Bush's Iraq Plan", *New York Times*, 2 de maio de 2004; "Under Armored", a *NewsHour with Jim Lehrer*, transcrição, 9 de dezembro de 2004, no qual Rieckhoff discute as preocupações dos Guardas Nacionais com o moderador Ray Suarez e o Tenente-Coronel General Michael De Long, http://www.pbs.org/newshour/bb/military/july-deco/4/armor_12-9.html; e "Troops' Queries Leave Rumsfeld on the Defensive", *New York Times*, 9 de dezembro de 2004. Para mais informações sobre a Guarda, ver Jeffery Gettleman, "Anger Rises for Troops' Families as Deployments in Iraq Drag On", *New York Times*, 4 de julho de 2003; Monica Davey, "Deadly Week Ends in Tears for the Fallen", *New York Times*, 15 de abril de 2004; Eric Santora, "Families and Individuals Join in Anger and Frustration", *New York Times*, 30 de agosto de 2004; Thomas E. Ricks, "Strains Felt by Guard Unit on Eve of War Duty", *Washington Post*, 19 de setembro de 2004 (inclui uma história sobre um incidente de deserção no Dia do Trabalho e sobre moral baixa); Monica Davey, "For 1,000 Troops, There Is No Going Home", *New York Times*, 9 de setembro de 2004; Monica Davey, "Eight Soldiers Plan to Sue over Army Tours of Duty", *New York Times*, 6 de dezembro de 2004; Matthew B. Stannard, "Citizen Soldiers on a Global Mission: National Guard General Says State's Force Stretched to Do Ali That's Asked of It", *San Francisco Chronicle*, 12 de dezembro de 2004; John F. Burns, "With 25 Citizen Warriors in an Improvised War", *New York Times*, 12 de dezembro de 2004.

Dado o fascínio do público com a Segunda Guerra Mundial, é curioso que uma crítica ao engajamento da administração Bush do militar profissional e seu ataque preventivo ao Iraque não tenha acontecido mais cedo.³³ Por que o apoio da mídia popular ao soldado cidadão teve tão pouco efeito no debate público e na consciência política?

Três razões se apresentam. Primeiramente, é lógico, a destruição das torres do World Trade Center e a perda de 3.000 vidas – o ataque mais devastador contra civis dos Estados Unidos da história americana.³⁴ Como consequência daquele trauma nacional, era difícil questionar a organização da vida militar no país e como sua dependência de soldados profissionais poderia diminuir o vigor de suas instituições republicanas. Na verdade, o pensamento popular ocorreu exatamente na direção oposta. A administração Bush usou a onda de patriotismo defensivo para angariar apoio para uma força militar profissional, eficiente e de “choque e terror” para proteger a América.

Uma segunda razão do fato de a celebração do soldado cidadão ter tão pouco impacto é que os livros e filmes da Segunda Guerra Mundial produzidos nos anos 80 e 90 se concentraram muito especificamente no indivíduo em guerra. Stephen Ambrose foi o principal arquiteto deste foco, tendo sido pioneiro em escrever história militar da perspectiva

³³ Em alguns lugares podemos detectar traços dessa linha de raciocínio, mas somente traços: por exemplo, na proposta do congressista Charles Rangel e outros membros do Caucus Negro, em 2003 e 2004, para restabelecer a convocação obrigatória, para que todas as famílias americanas enfrentassem o risco de enviar seus entes queridos para o perigo da guerra; e no trabalho de um *think tank* sobre estudos de segurança da Carolina do Norte que explorou os perigos advindos da crescente distância na América entre os militares e a sociedade civil. Charles B. Rangel, “Bring Back the Draft” (*op-ed piece*), *New York Times*, 31 de dezembro de 2002; Darryl Fears, “2 Key Members of Black Caucus Support Military Draft”, *Washington Post*, 3 de janeiro de 2003; Triangle Institute for Security Studies: Project on the Gap between the Military and Civilian Society, <http://www.poli.duke.edu/civmil/>. Para outros exemplos relativamente prematuros desta crítica, ver o argumento de Michael Moore com Bill O'Reilly, “The O'Reilly Factor,” *Fox News*, 27 de julho de 2004, <http://www.foxnews.com/story/0,2933,127236,00.html>.

³⁴ Não incluo um ataque ao Pentágono aqui porque o Pentágono não é considerado propriamente um alvo civil, muito embora muitos civis lá trabalhem.

dos soldados comuns, ao invés da dos generais.³⁵ Mesmo assim, sua história social é extremamente frustrante por sua restrição. Apesar de seu amor pelo soldado cidadão, Ambrose não conta a seus leitores quase nada de seus homens como civis: onde eles viviam; as várias famílias, vizinhos,

³⁵ A glorificação de Ambrose do soldado comum (provavelmente a contribuição mais duradoura de sua obra) surgiu da mesma sensibilidade populista que fez com que os historiadores liberais e os historiadores que se inclinavam para a esquerda, nos anos 70 e 80 do século XX, seguissem a “história social” – a história de homens e mulheres comuns, ao invés da história de presidentes, diplomatas, donos de indústria, artistas brilhantes e intelectuais. Talvez nada revele tão claramente a afinidade de Ambrose com as sensibilidades liberais de esquerda (além de sua amizade de trinta anos com o piloto de bombardeiros da Segunda Guerra Mundial e pacifista em relação ao Vietnã, George McGovern) como o seu cuidado em escrever uma história dos militares da Segunda Guerra Mundial “de baixo para cima”. Ambrose sempre se interessou pela história militar. Ele escreveu sua tese de doutorado sobre Henry Wager, chefe de gabinete de Lincoln, e depois, no começo dos anos 60, tornou-se editor dos artigos de Eisenhower, um projeto que firmou sua reputação como historiador. Mas sua carreira militar como um historiador militar não seguiu um caminho convencional. Na pós-graduação na University of Wisconsin, segundo ele próprio, foi influenciado pelo espírito da esquerda progressista que animou a vida intelectual em Madison nos anos 50. Como estudante, ele iria recordar mais tarde, se juntou ao Partido Socialista, embora ele não tenha explicado por quanto tempo foi membro do partido, ou tenha explicado o tipo de ativismo (se é que houve) no qual ele se engajou. Essa exposição prematura ao radicalismo se intensificou, à medida que os anos 60 avançavam: Ambrose deixou crescer o cabelo, incomodou o Presidente Nixon com perguntas na Kansas State University, em 1970 (algo que lhe custou um cargo de professor nessa universidade), e apoiou McGovern em 1972. Entre seus heróis, além de McGovern, estava Ernest Gruening (Democrata do Alaska), um dos dois senadores norte-americanos que votaram contra a Resolução do Golfo de Tonkin, em 1964. Ambrose escreveu mais tarde que nos anos 60 ele “era contra a guerra a tal ponto” que ele bem poderia “ter caído na armadilha em que muitos pacifistas caíram – de culpar os Estados Unidos por tudo o que aconteceu de errado, aqui e no exterior”. Em seu livro *Rise to Globalism*, ele criticou Harry Truman por ter decidido jogar a bomba em Hiroshima mais para assustar a União Soviética do que para obrigar os japoneses a se renderem. O interesse de Ambrose pela história social se encaixa com sua orientação liberal-de-esquerda nos anos 60. Sua inflexão para a direita começou, segundo ele próprio, nos anos 70, durante seu trabalho sobre a vida e a carreira de Richard Nixon, um homem a quem Ambrose tinha desprezado mas que, à medida que ele escreveu três volumes sobre ele, com relutância, chegou a admirar. Ver Stephen E. Ambrose, *To America: Personal Reflections of an Historian*, New York, Simon and Schuster, 2002, através do qual é possível reconstruir sua trajetória política dos anos 50 aos anos 80; a citação no último parágrafo vem da p. 135 deste livro. Ver também “Interview with Stephen E. Ambrose, Ph.D.”, *Academy of Achievement: A Museum of Living History*, 22 de maio de 1998, www.achievement.org/autodoc/page/amboint-1 (acessado em 30 de junho de 2005). Os outros trabalhos de Ambrose a que se faz referência acima são *Halleck: Lincoln's Chief of Staff*, Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1962; Ambrose, *Rise to Globalism: American Foreign Policy since 1938*, New York, Penguin Books, 1971, e *Nixon*, 3 vol., New York, Simon and Schuster, 1987-91.

círculos sociais, atividades e empregos em que eles estavam envolvidos; ou as crenças políticas que eles traziam com eles quando entravam no serviço militar. Ele só nos mostra seus soldados na guerra e na batalha, e está mais interessado em suas reações ao *stress* e à morte. Produtores como Spielberg, que seguiram o caminho de Ambrose, dão aos expectadores pouca informação a mais sobre o passado civil dos soldados, ou fazem isso de uma forma estilizada e estereotipada, que torna a trama de suas vidas passadas quase sem sentido.³⁶

Essa preocupação com os soldados cidadãos enquanto homens envolvidos em combate se presta mais facilmente a discussões sobre masculinidade e belicosidade do que a ruminações que poderiam abordar a relação entre o serviço militar e a cidadania.. Assim, os conservadores, com a intenção de reincorporar a virtude marcial em uma sociedade que eles viam como tendo se tornado fraca demais, e preocupados em restaurar o poder masculino depois de uma geração de avanços feministas, conseguiram orientar o trabalho de Ambrose e de Spielberg na direção de seus próprios ideais.

Uma terceira razão pela qual a celebração do soldado cidadão não se traduziu em crítica da AVF durante uma “guerra de escolha” no Iraque

³⁶ Assim Spielberg se refere às origens étnicas dos soldados no pelotão de Miller, referindo-se a Richard Reiben (irlandês), um segundo, Adrián Caparzo (italiano), um terceiro, Michael Horvath (cristão europeu oriental), e um quarto, Stanley Mellish (judeu). E, ao demonstrar como todos esses soldados têm uma causa em comum, Spielberg alude ao tema do pelotão da Segunda Guerra Mundial como um cadiño multi-étnico de americanização e solidariedade. Para mais considerações sobre esse tema, ver Gerstle, *American Crucible*, cap. 5. Mas as culturas (e vizinhanças) das quais surgiram esses soldados parecem indistintas. Spielberg não pára para examiná-las, dar a elas cor ou textura ou fazer delas um fator na vida e morte dos membros do pelotão. A única cena dos Estados Unidos que Spielberg exibe na tela (além daquela com George Marshall na sede do exército dos Estados Unidos) se refere à visita de um oficial do exército e capelão à casa de Ryan para comunicar à mãe de Ryan a morte de três de seus filhos. A fazenda dos Ryan (extensos campos dourados de trigo) e a casa dos Ryan (uma casa vitoriana meticulosamente bem-cuidada) são puro clichê. O único personagem, além de Ryan, cujo *background* cultural parece fazer alguma diferença para os eventos no filme, é Mellish. Mellish morre nas mãos de um alemão, porque um soldado amigo dos Estados Unidos, Timothy Upham (um não-judeu), fica petrificado de medo. Spielberg poder ter querido que este episódio fosse uma metáfora para a covardia do mundo não-judeu, em não ter confrontado o nazismo e o Holocausto. Em geral, no entanto, Spielberg, como Ambrose, está mais interessado nas qualidades que os soldados da Segunda Guerra Mundial exibiam sob o *stress* da batalha – resistência, coragem, franqueza, estoicismo e, algumas vezes, ceticismo, covardia e brutalidade.

tem a ver com o Vietnã.³⁷ Em um aspecto importante, a Guerra do Vietnã pertence ao mesmo momento histórico que a Segunda Guerra Mundial: os Estados Unidos lutaram em ambas as guerras com um exército de soldados cidadãos resultante da convocação em massa. Durante a Segunda Guerra Mundial, os soldados cidadãos contribuíram por sua disposição de servir, lutar e se sacrificar. Muitos prestaram serviços semelhantes na Guerra do Vietnã, mas outros patriotas americanos ofereceram um tipo diferente de contribuição cívica – resistir à guerra. Alguns se recusaram, por princípio, a se tornarem soldados, em primeiro lugar; outros, uma vez convocados, se recusaram a lutar; outros, ainda, lutaram, mas voltaram para casa irados, perturbados e dispostos a expor e denunciar o que o governo os obrigara a fazer no campo de batalha.³⁸

Levantar a questão do protesto antiguerra – especialmente em relação a uma guerra que os Estados Unidos perderam – é entrar em um terreno moral e filosófico complicado sobre o que constitui e o que não constitui obrigação cívica. Que formas de resistência à guerra podem ser verdadeiramente consideradas expressões de obrigação cívica? Certamente, pleitear objeção consciente³⁹ e estar disposto a ir para a cadeia ao invés de prestar o serviço militar têm de ser vistos como atos cívicos. Mas o que dizer de fugir para o Canadá, ao invés de se sujeitar ao serviço militar obrigatório? E o que dizer de se tentar um adiamento de recruta-

³⁷ Alguns acadêmicos sublinham uma quarta razão por que o interesse no militar cidadão diminuiu, e que tem a ver com sua provável obsolescência na era da alta tecnologia e de guerras limitadas. Exércitos de soldados cidadãos – argumentou Eliot Cohen – se encaixam melhor em guerras de massa, nas quais as exigências tecnológicas são pequenas (e, assim, a necessidade de educar recrutas mal-treinados é mínima). Mas Cohen se precipita, talvez, ao apresentar argumentos baseados em determinismo tecnológico, ao mesmo tempo em que ele reluta demais em examinar as motivações políticas que levaram a administração de Nixon, nos anos 70, a se libertar da noção de soldado cidadão e a acolher a do militar profissional. Ver Cohen, “Twilight of the Citizen Soldier”, p. 25-26; para uma visão oposta, ver Bacevich, *New American Militarism*, p. 217-20.

³⁸ Sobre a história do movimento antiguerra, ver Nancy Zaroulis e Gerald Sullivan, *Who Spoke Up? American Protest against the War in Vietnam, 1963-1973*, Garden City, N.Y., Doubleday, 1984; Charles DeBenedetti, com Charles Chatfield, *An American Ordeal: The Antiwar Movement of the Vietnam Era*, Syracuse, N.Y., Syracuse University Press, 1990; Michael S. Foley, *Confronting the War Machine: Draft Resistance during the Vietnam War*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2003; e Maurice Isserman e Michael Kazin, *America Divided: The Civil War of the 1960s*, New York, Oxford University Press, 2003.

³⁹ N.T. “Conscientious objector status” é uma classificação legal que configura um impedimento de determinado cidadão para servir nas forças armadas, uma vez que tal serviço iria contra seus princípios morais.

mento baseado em razões questionáveis – documentando o pedido com deficiências ou doenças falsas? E a deserção – ou, o mais problemático de tudo, a deserção no meio da batalha? Onde estabelecemos o limite entre o interesse próprio – salvar a própria pele – e o dever cívico – fazer o que é bom para o país?

Essa questão veio à tona com toda intensidade durante a Segunda Guerra do Iraque quando, em outubro de 2004, um grupo de dezenove reservistas se recusou a arriscar suas vidas para fazer uma entrega de combustível, com uma dupla alegação: que o combustível estava contaminado (portanto, impróprio para o uso) e que os comandantes americanos tinham deixado de dar ao comboio militar a proteção necessária. Esse foi um ato covarde de autopreservação, ou uma posição corajosa contra a burocracia militar e o Departamento de Defesa, que tinha se mostrado indiferente, insensível, em relação à vida dos homens sob seu comando.²⁴⁰

Consideremos os que protestavam contra a Guerra do Vietnã nas ruas da América nos anos 60. Eles tinham certamente se colocado acima de seus interesses pessoais, mas muitos também tinham concluído que a América estava podre e que não merecia sua lealdade. Você pode dispensar um dever cívico quando você não quer mais fazer parte da República da qual você é um cidadão? Essa é uma questão complicada, mas uma coisa fica clara: uma República saudável precisa de um mecanismo para os cidadãos expressarem seu desagrado para com uma guerra que é considerada injusta e dissociada do interesse da nação. Às vezes, o maior dever de um soldado cidadão é se recusar a lutar ou, se ele ou ela já esteve na frente de batalha, voltar para casa e falar sobre sua experiência e fazer todo o possível para acabar com a guerra. Se o governo não consegue ter um discurso convincente sobre sua necessidade, a guerra então deveria enfrentar maior dificuldade para prosseguir.

John Kerry foi um soldado cidadão (ou, para ser preciso, um marinheiro cidadão). Ele nunca quis se tornar um guerreiro profissional, mas, mesmo assim, apresentou-se como voluntário, com vários amigos, para servir no Vietnã. O serviço de Kerry foi heróico. Ele era um tanto desonesto no seu afã por medalhas, mas não além do normal, em uma

²⁴⁰ Neela Banerjee e Ariel Hart, “Inquiry Opens after Reservists Balk in Baghdad”, *New York Times*, 16 de outubro de 2004; “When Soldiers Say No”, *New York Times*, 19 de outubro de 2004, página editorial. A punição imposta pelos militares a esses desertores foi surpreendentemente branda.

guerra na qual a corrupção permeava o sistema de atribuição de medalhas. Ele provavelmente tirou vantagem de sua condição de classe privilegiada para terminar seu serviço depois de quatro meses, ao invés de servir o ano inteiro. Mas, naqueles quatro meses, ele arriscou sua vida regularmente. Em uma dada ocasião, ele salvou a vida de um companheiro da marinha, sob fogo inimigo. Seus companheiros claramente o consideravam um líder excepcional e um homem corajoso.

Depois de voltar do Vietnã, Kerry se juntou aos Veteranos do Vietnã contra a Guerra. Comparecer perante o Comitê de Relações Exteriores do Senado exigia coragem, e foi o que Kerry fez, em 1971, para dizer aos líderes da nação que a guerra estava errada, que ela não poderia ser vencida, e que estava corrompendo as almas dos jovens que continuavam a ser enviados. Seu discurso e testemunho perante o Congresso são extraordinários e podem ter representado o dever cívico mais importante de sua longa carreira.⁴¹

Mesmo assim, na campanha presidencial de 2004, Kerry não discutiu esse segundo capítulo de sua carreira como um soldado cidadão. Quando ele aceitou a indicação Democrata, ele somente se referiu ao primeiro capítulo: “Sou John Kerry e estou me apresentando para cumprir o meu dever”. Ele se referiu às grandes coisas que a geração dos anos 60 tinha feito, mas resolveu não defender suas atividades antiguerra.⁴² Durante a campanha, ele até mesmo se distanciou do documentário *Going Upriver: The Long War of John Kerry* (2004), feito por seu amigo de longa data, George Butler, que celebrou seu papel no movimento antiguerra.

⁴¹ Sobre as experiências de guerra e de anti-guerra de Kerry, ver Michael Kranish, Brian C. Mooney e Nina J. Easton, *John F. Kerry: The Complete Biography by the Boston Globe Reporters Who Know Him Best*, New York, Public Affairs, 2004; Douglas Brinkley, *Tour of Duty: John Kerry and the Vietnam War*, New York, William Morrow, 2004; e *Going Upriver: The Long War of John Kerry*, dirigido por George Butler, Swiftboat Films e White Mountain Films, 2004. Sobre as acusações levantadas contra Kerry por John O'Neill e outros veteranos do Vietnã, ver John E. O'Neill e Jerome R. Corsi, *Unfit for Command: Swift Boat Veterans Speak Out against John Kerry*, Washington, Regnery, 2004. Partes do depoimento de Kerry, de 1971, perante o Comitê de Relações Exteriores do Senado, pode ser visto em William A. Williams (org.), *America and Vietnam: A Documentary History*, Garden City, N.Y., Anchor Press/Doubleday, 1985; partes visuais podem ser conferidas em *Going Upriver*.

⁴² John Kerry, Discurso de Aceitação da Indicação para a Convenção Nacional Democrata, 29 de julho de 2004, <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A25678-2004Jul29.html>.

Assim, Kerry fez algo parecido com Ambrose e Spielberg: ele se recusou a enfrentar os conflitos ainda pendentes sobre a Guerra do Vietnã. Confrontá-los teria significado defender a opinião que ele expressou em 1971, de que o envolvimento dos Estados Unidos naquela guerra representou um desvio moral. Teria significado articular a obrigação dos cidadãos em protestar, especialmente em ocasiões em que os governos levaram a nação a guerras fúteis e prejudiciais. Poderia ter ajudado Kerry a definir uma posição contundente contra o envolvimento dos Estados Unidos na segunda Guerra do Iraque, em que pese o risco político.

A relutância de Kerry em falar sobre seu ato cívico de protesto revela como a lembrança do Vietnã continua a influenciar a ideologia do nacionalismo americano. Também sugere que os liberais que desejam reinvocar a fé nacional só podem fazê-lo confrontando as difíceis lições daquela guerra.

Ironicamente, Ambrose, Spielberg e outros mostraram como isso poderia ser feito: construindo representações poderosas do soldado cidadão. Se a figura do soldado cidadão servir apenas como uma desculpa para glorificar o espírito belicoso, ela será de pouca valia para os nacionalistas liberais. Ela servirá tão-somente àqueles que consideram a guerra como a essência tanto da masculinidade quanto da nacionalidade. Mas, se essa celebração ajuda a iniciar uma discussão sobre a relação adequada entre o serviço militar e o dever cívico, esse pode ser um meio de os liberais recuperarem sua voz nacionalista.

Essa discussão provavelmente não vai produzir o nacionalismo-sem-inimigos que alguns liberais desejam. Mas ela abre a possibilidade de criar um nacionalismo decente e popular tendo por base os seguintes princípios: que as repúblicas e seus cidadãos deveriam seguir com muita cautela e vagar para a guerra e deveriam tomar tal decisão democraticamente; que os cidadãos deveriam deliberar sobre a possibilidade de guerra com o conhecimento de que os membros de suas famílias que não estão servindo ao exército podem ser convocados a lutar; que discordar da guerra pode ser um ato patriótico e tem de ser defendido como tal; e que os melhores soldados, no sentido mais amplo do termo, não são profissionais que fazem do serviço militar uma vocação, mas sim civis que consideram tal serviço um dever cívico. Os liberais do século XXI estariam bem servidos, encontrando um análogo do soldado cidadão – encarnados tanto na Segunda Guerra Mundial quanto na Guerra do Vietnã.